

**ATA**

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:10 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – a) – Na sequência das condições climatéricas registadas nos últimos dias, disse ter ficado surpreendido ao verificar que, na passada sexta-feira, ocorreram na Rua da Ramada e zona de Couros inundações que se pensava já não poderem acontecer, considerando a intervenção municipal naquele local, para drenagem do Rio de Couros, a fim de evitar situações de inundação, obra onde foram aplicadas verbas avultadas; **b)** – Disse, a propósito de o Presidente da Câmara ter referenciado, na última reunião de Câmara, uma iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Elvas no âmbito da ação social (oferta de jantares a crianças carenciadas), que era também importante referenciar uma recente declaração deste mesmo Presidente de Câmara em que disse que o segredo para uma Câmara Municipal não ter dívidas era não prometer aquilo que não podia cumprir e executar aquilo com que se comprometeu. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – Manifestou o seu desagrado com a criação do mega agrupamento, referindo, em concreto, a junção da EB 2,3 Egas Moniz com a Escola Secundária Francisco de Holanda, condenando a concentração que o Governo está a fazer, numa lógica de poupança, dizendo que tais opções trazem desvantagens na gestão destas estruturas e prejudicam os alunos. -----

3 – Vereador André Coelho Lima – a) – Sobre a situação do AVEPARK referida na reunião anterior perguntou se se chegou a alguma conclusão, confirmando-se ou não aquilo que vem sendo veiculado pelos jornais; **b)** – Deu nota de uma situação anormal na Rua do Emigrante, na freguesia de Sande S. Martinho, que não se ficou a dever apenas às fortes chuvas, uma vez que as inundações naquele local são frequentes mesmo em períodos de chuvas considerados normais, sugerindo a resolução do problema, designadamente através da instalação de um coletor de maior capacidade. -----

4 – Presidente da Câmara – a) – Sobre as questões levantadas no que diz respeito ao mau tempo que se fez sentir na passada sexta-feira, disse que ficou comprovada a capacidade de resposta dos serviços da Autarquia, dizendo sentir-se satisfeito por ter recebido o agradecimento de muitas pessoas pelo trabalho efetuado pelas equipas que estiveram no terreno e com as quais manteve sempre contacto. Sobre a reabilitação da Rua da Ramada disse que o problema está a ser resolvido, pois a obra não está ainda terminada, referindo que o local não registou os níveis das inundações anteriores; **b)** - Sobre as afirmações do Presidente da Câmara Municipal de Elvas disse que estava muito satisfeito com o trabalho que o Município de Guimarães tem feito; **c)** - Relativamente aos mega agrupamentos deixou clara a



discordância com este processo, lembrando o trabalho que o Município tem feito para travar a proposta do Governo; **d)** – No que diz respeito ao AVEPARK disse que amanhã vai ser realizada uma assembleia geral, devendo, posteriormente, a proposta ser apreciada nos órgãos municipais competentes. -----

5 – Vereadora Francisca Abreu – Ainda sobre os mega agrupamentos disse que a proposta da Direção Regional de Educação do Norte era ainda mais ampla e apontava para a junção de mais agrupamentos, referindo que o assunto está ainda a ser negociado porque a legislação contempla a apresentação de propostas alternativas e inovadoras. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara demonstrou preocupação com os princípios que orientam a legislação que o Governo está a preparar e que, no seu entender, põem em causa a autonomia do poder local. Referiu, em concreto, a proposta de lei das autarquias locais e das comunidades intermunicipais, que está em discussão, dizendo discordar em completo com os critérios que presidem à constituição das referidas comunidades intermunicipais, lamentando que a eleição dos membros para os seus órgãos seja feita sem obedecer ao princípio da proporcionalidade. Sobre a proposta de lei das Finanças Locais, também ainda em discussão, referiu designadamente a questão do IMI e das verbas que poderão vir a ser desviadas das Autarquias. No caso da proposta que visa alterar o regime de abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos, considerou um sério atentado ao poder local o facto de os representantes das entidades que gerem os sistemas municipais possam vir a ser indicados pelo Governo e não pelas Autarquias. Por último, referiu as implicações que o quadro de pessoal da Autarquia vimaranense pode vir a sofrer com a

diminuição em 2% dos seus funcionários do quadro e em 50% dos funcionários a termo certo, lamentando que a legislação conceda aos pequenos municípios a possibilidade de ter mais funcionários que as Autarquias de maior dimensão. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 - Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2013 que, na sequência da entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro de 2013, da nova Estrutura Orgânica do Município de Guimarães, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 26 de novembro de 2012 (estrutura nuclear), e deliberação da Câmara Municipal de 20 de dezembro de 2012 (estrutura flexível), onde são previstas alterações no que respeita à designação de algumas unidades orgânicas, delegou e subdelegou competências nos Vereadores, ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º e do n.º 2 do art. 65.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Distribuição de Funções – Delegação e Subdelegação de Competências); **2** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de janeiro de 2013, que delegou no Vereador Amadeu Artur Matos Portilha, as competências que o Regulamento para a Atribuição de Circuitos Turísticos no Concelho de Guimarães lhe confere, subdelegando, igualmente, as que lhe foram delegada pela Câmara Municipal através da deliberação da Câmara Municipal do passado dia 10 de janeiro, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e do art.º 28.º do supra referido Regulamento; **3** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de novembro de 2012, que concordou com a seguinte informação da diretora do Departamento Financeiro:



PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ALUNOS – ANO LETIVO 2012/13 - CONCURSO PÚBLICO N.º 5/12 – Ao abrigo do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, a Câmara Municipal autorizou, em 21/06/2012, o pedido de parecer prévio para a prestação de serviços supracitada. Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foi submetida e aprovada a repartição de encargos na sessão da Assembleia Municipal, datada 02/07/2012, em conformidade com a alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da lei supra referida. Por despacho do Sr. Presidente desta Câmara Municipal, datado de 02/08/2012, foi aberto um Concurso Público nos termos da alínea b), n.º 1, artigo 20.º do CCP, para a prestação de serviços referida em título. De acordo com a informação anexa, NIPG: 77459/12, e na sequência da não-aceitação da adjudicação por parte do 2º classificado “Auto Viação Cura, Lda.”, propõe-se que os dois lotes da prestação de serviços em epígrafe sejam adjudicados ao concorrente que apresenta a proposta ordenada em lugar subsequente. Contudo, atendendo à alteração do período de vigência, de acordo com a informação anexa, NIPG: 73083/12, os preços contratuais sofrem redução, em conformidade com os preços unitários/dia, por itinerário, apresentados. De acordo com o relatório preliminar, datado de 26/09/2012, verifica-se um empate no Lote 2, no entanto, de acordo com o critério de desempate definido no ponto 17.1. do programa de concurso, será adjudicado à proposta apresentada mais cedo, ou seja, à concorrente “Auto Mondinense, S.A.”. Sendo assim, a adjudicação será efetuada da seguinte forma: -----

Adjudicatário: Agência de Viagens e Transportes Vale do Ave, Lda.		
DESCRIÇÃO	P. CONTRATUAL	P. CONTRATUAL C/ REDUÇÃO REMUNERATÓRIA*
Lote 1 – Transporte escolar (147 dias)	240.345,00€	216.310,50€
Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (6%)		
*prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e no artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.		
Adjudicatário: Auto Mondinense, S.A.		
DESCRIÇÃO	P. CONTRATUAL	P. CONTRATUAL C/ REDUÇÃO REMUNERATÓRIA*
Lote 2-Transporte no período de almoço (147 dias)	13.965,00€	12.568,50€
Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (6%)		
*prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e no artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. -----		
Mais se informa que ambos os valores de 216.310,50€ e 12.568,50€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor (6%), serão cabimentados em janeiro de 2013, nos termos do n.º 3, artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho. À consideração superior.” -----		
----- DELIBERAÇÕES -----		
CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 2013. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.		
DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se a Vereadora Francisca Abreu, por não ter estado presente na reunião. -----		
FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE RENDUFE - SEGUNDO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ASSINADO NO DIA 12 DE ABRIL DE 2011 – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de abril de 2011, deliberou conceder uma verba até ao montante		



de 13.058,33€, destinada à requalificação do edifício sede da Junta de Freguesia de Rendufe e aquisição de mobiliário. Em carta dirigida a esta Câmara Municipal, em novembro de 2012, a Junta de Freguesia de Rendufe informou não ter sido possível a execução da totalidade da obra acima identificada no ano de 2011, solicitando autorização para a sua conclusão até ao final de 2012, pelo que, por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 29 de novembro de 2012, foi aprovada a alteração solicitada referente ao prazo de execução do Protocolo de Atribuição de Subsídio, bem como a transição da respetiva verba para o ano de 2012. Verificou-se, agora, que a Junta de Freguesia de Rendufe, no pedido apresentado em novembro de 2012, solicitou igualmente a alteração do objeto daquele Protocolo, de forma a proceder ao pagamento dos trabalhos de reconstrução de um tanque existente num terreno da propriedade da junta de freguesia, junto à rua do Terço. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 12 de abril de 2011, passando a Cláusula 1ª a ter a seguinte redação: "O presente Protocolo tem por objeto a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Rendufe para reabilitação do edifício da sede da Junta de Freguesia, aquisição de mobiliário e reconstrução do Tanque da freguesia existente junto à rua do Terço." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - ASSISTÊNCIA JURÍDICA – Presente a seguinte informação:

"Objeto: Aquisição de serviços de consultadoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, no âmbito do proc. n.º 614/12.6EBERG, cujo Autora é a BLB-BILOBITE

ENGENHARIA,LDA., e que se encontra a correr termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, na sequência do procedimento pré-contratual designado "REGULAÇÃO DE FLUXO LUMINOSO-INSTALAÇÕES ELÉTRICAS".

2. Considerandos: O Município de Guimarães foi demandado no processo supra- identificado, processo no qual é necessário representar o Município através do patrocínio jurídico de um advogado. A sociedade de advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados com quem o Município mantém uma avença para a prestação de serviços de assessoria jurídica, informou que, neste processo, aquela sociedade se encontrava impedida de patrocinar a causa. Face a este impedimento e à obrigatoriedade de constituição de advogado, foi necessário contactar com urgência um outro advogado, tendo sido entendido que a Sociedade de Advogados "COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS-SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS,R.L." seria indicada para representar o Município neste processo, tendo em conta a manifesta urgência verificada, considerando os prazos de dedução de oposição e de contestação. Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3.**

Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a assessoria jurídica para representação



judicial do Município de Guimarães, no âmbito do proc. n.º 614/12.6BEBRG, cujo Autora é a BLB-BILOBITE ENGENHARIA,LDA., e que se encontra a correr termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, na sequência do procedimento pré-contratual designado "REGULAÇÃO DE FLUXO LUMINOSO-INSTALAÇÕES ELÉTRICAS"; b) A despesa estima-se em 5.000,00€, à qual acrescerá IVA à taxa legalmente em vigor; c) Esta despesa encontra-se cativada previamente, conforme documento da Divisão de Contabilidade, em anexo; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito, a Sociedade de Advogados "COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS-SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS,R.L.", tendo em conta a manifesta urgência verificada, considerando os prazos de dedução de oposição e de contestação; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória de 10%, prevista no art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, o que implicará uma redução máxima no valor de 500,00€, e uma despesa final máxima de 4.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte informação: "**1. Objeto:** Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas de climatização dos edifícios escolares da responsabilidade do Município. **2. Considerandos:** Em conformidade com as competências acometidas pela Lei nº 159/99, de 14 de setembro, o Município de Guimarães tem sob a sua responsabilidade a manutenção e conservação de um grande número de edifícios destinados ao ensino, nos quais é necessário garantir um controlo ambiental da temperatura, de forma a garantir a saúde e o bem-estar dos seus utilizadores e possibilitar a realização das atividades escolares sem dificuldades. O Controlo ambiental consiste em conseguir atingir valores ideais de temperatura nos edifícios, sobretudo no Inverno, em que as temperaturas são muito baixas, dependendo este controlo de equipamentos de climatização e ventilação adequados, podendo ainda beneficiar da ausência de infiltrações ou da existência de uma ventilação adequada. No que diz respeito à humidade relativa será de realçar que os valores elevados e as oscilações da HR são ainda mais prejudiciais do que as variações verificadas na temperatura e estão diretamente relacionadas com o aparecimento de fungos. Devemos pois alertar para o perigo que representam as flutuações nos valores da temperatura e da HR, que são suscetíveis de provocar reações químicas, aumentando a deterioração das obras. Desta forma, para garantir um controlo ambiental de temperatura adequado ao seu funcionamento, os edifícios são dotados de sistemas de climatização e para que estes sistemas funcionem normalmente é necessário efetuar manutenções periódicas por pessoal habilitado no manuseamento dos equipamentos. Verifica-se, assim, a necessidade de realizar as devidas manutenções periódicas dos sistemas identificados no



número anterior da presente informação, de forma a garantir o bom estado dos sistemas e equipamentos, sob pena de os mesmos entrarem em “falência técnica”. Tais manutenções só podem ser asseguradas por pessoal técnico habilitado para o manuseamento dos equipamentos, nomeadamente Técnicos com habilitações TIM II ou III (Técnico de instalações mecânicas de nível II ou III conforme o caso), de acordo com o Artigo 22º. do Decreto-Lei 79/2006, de 4 de Abril. Uma vez que esta Câmara Municipal não dispõe no seu quadro de pessoal dos técnicos acima identificados, foi celebrado um contrato de aquisição de serviços, referente à manutenção dos sistemas de climatização, em 17 de Dezembro de 2009, pelo prazo de 3 anos, com início em 1 de Janeiro de 2010 e término em 31 de Dezembro de 2012. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviços, pelo prazo de 11 meses, com início a 1 de Fevereiro de 2013 e término a 31 de dezembro de 2013, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a manutenção dos sistemas de climatização dos edifícios escolares da responsabilidade do Município; b) A despesa total estima-se em 18.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) Esta despesa encontra-se cativada previamente, conforme documento da Divisão de Contabilidade, em anexo; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos,

com consulta a 3 entidades.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA DE ABERTURA DE CONCURSO PUBLICO - FORNECIMENTO DE 1.600.000 LITROS DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL –

Presente a seguinte informação: “Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foi submetida e aprovada a repartição de encargos na sessão da Assembleia Municipal, datada 26 de novembro de 2012, em conformidade com a alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da lei supra referida. Submete-se para aprovação superior o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Fornecimento de 1.600.000 litros de gasóleo rodoviário a granel; **Preço base:** 2.480.000,00€ + I.V.A. (23%); **Repartição de encargos:** Ano 2013 (julho a dezembro): 460.000,00€; Ano 2014 (janeiro a dezembro): 980.000,00€; Ano 2015 (janeiro a dezembro): 1.040.000,00€; **Classificação económica:** 02010202; **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado; **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães; **Júri: - Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Rui Miguel Lino de Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaços Públicos e Viaturas; **Vogais Suplentes:** - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - Carla Alexandra Castro, Técnica Superior. Nas suas



faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos, as retificações de erros ou omissões e prorrogações de prazos, sejam delegados no Júri do concurso.” DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Manuel Antunes não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido.**-----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL – RENOVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA JURÍDICA, NA MODALIDADE DE AVENÇA – Presente a seguinte

informação: “**1. Objecto:** Renovação da prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito. **2. Considerandos: a)** A Câmara Municipal de Guimarães celebrou, em 20 de janeiro de 2012, um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados. Esse contrato corresponde, por natureza dos serviços, a áreas distintas da atividade jurídica e judicial, que são fundamentalmente as seguintes: i) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito criminal e do direito disciplinar; ii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública (empreitadas e aquisição de bens e serviços); iii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito fiscal, dos registos e do notariado. Entretanto, aproximando-se o final do primeiro ano do contrato, e prevendo

este a possibilidade da sua renovação por iguais períodos, é agora necessário renovar este contrato por mais um ano. **b)** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, nas diversas áreas do Direito a que acima se fez referência. **c)** Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia. **d)** Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorize a renovação daquele contrato de prestação de serviços por mais um ano, considerando os seguintes elementos: **a)** O objecto do contrato é a contratação de uma prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito, pelo montante anual de 44.400,00€, a que corresponde um valor mensal de avença de 3.700,00€, ambos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. **b)** A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214 – aquisição de serviços, conforme proposta de cabimento n.º 232 de 2013. **c)** Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. **d)** Finalmente, informa-se que, nos



termos do n.º 7 do art.º 75.º da LOE 2013, não será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 27.º dessa mesma Lei, porquanto este contrato já sofreu essa redução remuneratória no ano passado, aquando da sua celebração.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES – CASA DA JUVENTUDE DE GUIMARÃES - DOAÇÃO DE ESTANTES - Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Associação Casa da Juventude de Guimarães, através de e-mail datado de 4 de dezembro, solicita a oferta de 10 estantes para o funcionamento do banco de livro nas instalações da sua Loja Social, que irá abrir brevemente na Rua da Caldeiroa, nº 33, freguesia de S. Sebastião. Após deslocação ao armazém da Divisão de Património Municipal, constatou-se a existência do tipo de equipamento pretendido e que poderá ser disponibilizado. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à Casa da Juventude de Guimarães do equipamento melhor identificado na tabela abaixo. -----

Designação	Valor unitário	Valor total
10 Estantes metálicas com 5 prateleiras	€17,50	€175,00
TOTAL		€175,00

Em caso de deferimento, o assunto deverá ser submetido a aprovação do órgão executivo, conforme disposto na alínea b), nº 4, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - IRMANDADE DE S. TORCATO - FEIRA FRANCA DOS 27 – Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 27 de fevereiro realiza-se a tradicional e secular “Feira Franca dos 27” na Vila de S. Torcato, promovida pela Irmandade de S. Torcato.

Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores, propõe-se que seja autorizada a sua realização e com isenção de taxas.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**DESPORTO – CLUBE DE CAÇA E PESCA DE S. TORCATO -
CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA –** Presente a

seguinte proposta: “Tendo o Clube de Caça e Pesca de S. Torcato solicitado a esta Câmara Municipal a cedência de uma máquina retroescavadora e respetivo operador para a limpeza de um terreno da sua propriedade, sito em S. Cosme, de forma a viabilizar a prática de várias atividades sociais e recreativas do Clube, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a cedência da retroescavadora para execução da obra. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio daquela obra, através da cedência da retroescavadora afeta ao Departamento de Obras Municipais, bem como do respetivo operador, estimando-se a despesa no valor total de 173,25€.” A referida quantificação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE,
APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS DEZ HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O
PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A
REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ATA.** -----